



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

**CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
REBOUÇAS-PR - EDITAL 001/2015**

**DATA DA PROVA: 08/11/2015
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ**

CARGO: CONTADOR

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. Você poderá levar consigo o caderno de questões, desde que permaneça na sala até o final de período das 3 (três) horas;
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

Destaque aqui -----

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

Texto:

Nº Edição: 2320 | 09.Mai.14 - 20:50 | Atualizado em 28.Out.15 - 17:51

Um brasileiro no coração das trevas
Por Yan Boechat (yan@istoe.com.br) (textos e fotos), enviado especial ao Congo

As primeiras horas da manhã da quinta-feira 17 de abril estavam especialmente quentes na densa floresta que serve de fronteira natural entre a República Democrática do Congo e Uganda. Antes de se embrenhar pela vereda de terra entre as árvores, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz retirou o colete à prova de balas e o capacete. “Se algo acontecer, é preciso ser ágil,” explicou. O caminho é perigoso, as emboscadas são comuns. O general tinha usado esse equipamento de mais de 15 quilos, capaz de segurar balas de fuzil AK-47, durante todo o trajeto de 40 quilômetros entre o batalhão da ONU na cidade de Beni e a trilha que o levaria a uma base rebelde conquistada pelo Exército congolês uma semana antes.

Santos Cruz vestia a farda camuflada das Forças Armadas brasileiras. No ombro esquerdo, a bandeira do Brasil. No direito, a palavra comandos, que em todo o mundo militar carrega o mesmo significado: ali está um soldado das tropas de elite, um cara durão, preparado para sobreviver na adversidade. Três pequenas estrelas costuradas nas pontas do colarinho o distinguem como um general de divisão. Além do FAL, o fuzil usado pelo Exército brasileiro há quase três décadas, Santos Cruz levava uma pistola Glock 9mm no coldre colado à coxa direita.

À medida que avançava, o acesso no terreno úmido da floresta tropical a poucos quilômetros ao sul da linha do Equador ia se estreitando. O sol logo desapareceu sob a copa das árvores. Santos Cruz teve a sensação de que estava na Amazônia. “É igual ao Brasil, não muda nada”, disse. Na longa marcha até a principal base conquistada do grupo inimigo, a paisagem dava ideia de como havia sido o combate: troncos perfurados por tiros, árvores derrubadas pelo impacto das RPGs, o chão coberto por um tapete metálico de cápsulas deflagradas. Cartazes escritos à mão indicavam a localização de minas e explosivos. Um pouco mais adiante, covas rasas ao lado da trilha ainda exalavam o cheiro forte dos corpos recém-enterrados pelos vencedores. “Muitos foram queimados, outros enterramos aqui mesmo, é menos trabalho?”, explicou um soldado congolês ao lado do amontoado de terra fofa onde as moscas tentavam encontrar caminho para chegar aos restos putrefatos dos inimigos.

Foram três horas de uma caminhada tensa. Com os rebeldes ainda a poucos quilômetros dali, o risco de uma emboscada não recomendava pausas para descanso. A tropa só parou ao chegar a Medina, um vilarejo improvisado no meio da floresta que o grupo radical islâmico ADF usava como uma de suas maiores bases no Congo. Logo começaram a surgir da floresta centenas de soldados. Sujos e cansados, carregando colares de munição e armamento pesado, eles saudavam Santos Cruz. Pela primeira vez, viam naquele front de batalha um militar tão graduado da ONU. O general brasileiro apertou a mão dos oficiais que combateram os rebeldes islâmicos. Aos soldados, distribuiu cigarros congolese baratos, comprados a US\$ 1 o maço.

http://www.istoe.com.br/reportagens/362169_UM+BRASILEIRO+NO+CORACA

O+DAS+TREVAS

01) O título do texto justifica-se:

- (A) O general Santos Cruz está lutando nos países do Oriente Médio.
- (B) O general Santos Cruz é brasileiro e está em uma zona muito escura, que é a floresta, e também por andar à noite.
- (C) Devido ao fato de o general Santos Cruz ser um brasileiro e estar em uma zona onde está o centro do conflito, da guerra, ou seja, a fronteira entre o Congo e a Uganda.
- (D) O general Santos Cruz é um estrangeiro que foi naturalizado brasileiro e veio servir no exército.
- (E) O general Santos Cruz, naturalizado brasileiro, está em uma zona onde ocorrem muitas mortes, que é a Arábia Saudita.

02) Classifique corretamente a conjunção da frase: “À medida que avançava, o acesso no terreno úmido da floresta tropical a poucos quilômetros ao sul da linha do Equador ia se estreitando. O sol logo desapareceu sob a copa das árvores.”

- (A) conjunção aditiva.
- (B) conjunção proporcional.
- (C) conjunção conformativa.
- (D) conjunção comparativa.
- (E) conjunção temporal.

03) Qual é a palavra que o termo sublinhado na frase: “O general tinha usado esse equipamento de mais de 15 quilos, capaz de segurar balas de fuzil AK-47” se refere?

- (A) Santos Cruz.
- (B) General.
- (C) Soldado.
- (D) Equipamento.

(E) Balas.

04) Assinale a classificação e a justificativa corretas para a acentuação da palavra “árvores”:

(A) é uma palavra proparoxítona e todas as proparoxítonas são acentuadas.

(B) é uma oxítona terminada em vogal, seguida de s.

(C) é uma paroxítona terminada em vogal seguida de s.

(D) é uma paroxítona e todas as paroxítonas são acentuadas.

(E) é uma oxítona e todas as oxítonas são acentuadas.

05) O determinante da matriz $A = \begin{bmatrix} 3 & 2 \\ 6 & 5 \end{bmatrix}$ é uma das raízes da qual das equações abaixo:

(A) $x + 8 = 15$

(B) $x^2 + 3x = 10$

(C) $x^2 - 7x = -12$

(D) $x^2 - 6x + 14 = 0$

(E) $2x^2 - 5x = -2$

06) Com base no estudo de Análise Combinatória e Probabilidades assinale a questão correta:

(A) Se você jogar um dado seis vezes, pelo menos um número par deve aparecer dentre as seis jogadas.

(B) Se você lançou uma moeda honesta 10 vezes e em nove delas deu cara a probabilidade de dar coroa no 10º lançamento é maior que 0,5.

(C) O número de anagramas da palavra HONESTIDADE é de 9.959.230.

(D) A probabilidade de certa espécie de mamífero entrar para a lista de animais em extinção é de $\frac{3}{4}$, ou seja, a de não entrar na lista é de 25%.

(E) Se você não estudou e vai responder esta questão de maneira aleatória a probabilidade de acertar é de $\frac{2}{5}$.

07) Em uma progressão aritmética o primeiro termo é igual a 5 e o terceiro igual a 19, a razão desta progressão é equivalente a qual das expressões abaixo:

(A) $2^x = 49$

(B) $\log_3 27$

(C) $5^{x+3} = 125$

(D) $\log_7 49$

(E) $2^{x+1} = 256$

08) Segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na atual legislatura, nestas instituições temos, respectivamente:

(A) 157 deputados federais e 43 senadores.

(B) 283 deputados federais e 81 senadores.

(C) 581 deputados federais e 77 senadores.

(D) 581 deputados federais e 54 senadores.

(E) 513 deputados federais e 81 senadores.

09) Dentre os escritores abaixo, qual foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras:

(A) José do Patrocínio.

(B) Machado de Assis.

(C) Silvio Romero.

(D) Rui Barbosa.

(E) Olavo Bilac.

10) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Rebouças, publicada no Sistema de Leis Municipais em 27 de Março de 2015, em seu Art. 88, ao município compete instituir imposto sobre:

I - Propriedade predial territorial urbana.

II - Contribuição social, cobrada de seus servidores para custeio, em benefícios destes, do sistema de previdência e assistência social.

III - A transmissão causa mortis ou por doação de direitos e da propriedade, posse ou domínio de quaisquer bens ou direitos.

IV - Venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

Julgue os itens acima e assinale a opção CORRETA:

(A) Todos os itens estão corretos.

(B) Apenas o item I está correto.

(C) Apenas os itens I e II estão corretos.

(D) Apenas o item III está incorreto.

(E) Todos os itens estão incorretos.

11) No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em Restos a Pagar e constituirão a dívida fluante. Podem-se distinguir dois tipos de Restos a Pagar: os Processados e os Não Processados. No que se refere a Restos a Pagar Processados e os Não Processados, é INCORRETO afirmar:

(A) Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento.

(B) No que se refere aos Restos a Pagar Não Processados não há necessidade da observação de disponibilidades financeiras e condições para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

(C) Conforme Art. 42. da Lei Complementar N°101 de 4 de maio de 2000, é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

(D) Os Restos a Pagar Não Processados são aqueles cujo fornecimento do material, execução da obra ou prestação do serviço esteja na dependência de apuração da efetiva realização, ou seja, somente foi emitido o empenho.

(E) Os Restos a Pagar Processados não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar.

12) Em relação ao art. 105 da Lei 4.320/1964 que determina o que o Balanço Patrimonial demonstrará, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta de cima para baixo:

() O Ativo Permanente compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

() Nas contas de compensação serão registrados os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

() O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

() O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

() No Ativo Financeiro serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

(A) F, V, F, V, F.

(B) V, F, V, V, F.

(C) F, F, V, V, F.

(D) F, V, F, V, V.

(E) V, F, V, F, V.

13) Uma entidade pretende realizar a depreciação de um bem pelo método das cotas constantes, de acordo com a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. O valor bruto contábil deste bem é de R\$ 4.500,00 e foi determinado o valor residual de R\$ 750,00. A vida útil do bem é de 10 (dez) anos, conforme a política da entidade. Ao final do sétimo ano, o saldo da depreciação acumulada, considerando o método das cotas constantes, será de:

(A) R\$ 2.625,00.

(B) R\$ 2.250,00.

(C) R\$ 3.000,00.

(D) R\$ 1.875,00.

(E) R\$ 3.150,00.

14) De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, Resolução CFC n° 803/96 e posteriores atualizações, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

I - Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

II - Assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.

III - Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.

IV - guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional ilícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Conforme os deveres do Profissional da Contabilidade, citados no art. 2° do CEPC, estão CORRETOS os itens:

(A) Apenas os itens I e III.

(B) Apenas os itens I, II e III.

(C) Todos os itens estão corretos.

(D) Apenas os itens II e IV.

(E) Apenas os itens II, III e IV.

15) Segundo o Art. 51 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rebouças, publicada no Sistema de Leis Municipais em 18 de Maio de 2015, compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

(A) Doação de áreas e outros incentivos para instalação de indústrias no Município.

(B) Emitir parecer sobre os projetos referentes à educação, ensino, artes, patrimônio histórico, esportes higiene e saúde pública e as obras assistenciais.

(C) Opinar sobre a ordenação e exploração dos serviços de transporte, inclusive os intermunicipais, bem como quanto à educação e legislação de trânsito e tráfego.

(D) Opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais e particulares.

(E) Os balancetes e balanços da Prefeitura, acompanhado por intermédio destes o andamento das despesas públicas.

16) A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências. Em sua seção II, art. 6º, a referida Lei considera definições para fins de licitações. De acordo com essas definições, relacione a primeira coluna com a segunda coluna e, em seguida, assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

1ª COLUNA

(1) Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

(2) Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

(3) Toda transferência de domínio de bens a terceiros.

(4) A que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.

2ª COLUNA

() Compra

() Execução Direta

() Obra

() Alienação

(A) 4, 1, 3, 2.

(B) 1, 4, 2, 3.

(C) 1, 3, 4, 2.

(D) 4, 1, 2, 3.

(E) 1, 4, 3, 2.

17) Conforme NBC T 16.5 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Registro Contábil, a entidade do setor público deve manter sistema de informação contábil refletido em plano contas que compreenda os seguintes itens, EXCETO:

(A) O funcionamento das contas.

(B) Contas específicas que possibilitam a apuração de custos.

(C) Tabela de codificação de registros que identifique o tipo de transação, as contas envolvidas, a movimentação a débito e a crédito e os subsistemas utilizados.

(D) O número de controle para identificar os registros eletrônicos que integram um mesmo lançamento contábil.

(E) A terminologia de todas as contas e sua adequada codificação, bem como a identificação do subsistema a que pertence, a natureza e o grau de desdobramento, possibilitando os registros de valores e a integração dos subsistemas.

18) Uma Prefeitura Municipal apresentou os seguintes dados do seu Balanço Orçamentário:

Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Previstas	Realizadas	Despesas Orçamentárias	Previstas	Realizadas
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Tributária	R\$ 450	R\$ 400	Pessoal	R\$ 300	R\$ 285
Receita de Serviços	R\$ 125	R\$ 103	Outras Despesas	R\$ 150	R\$ 195
Total Receitas Correntes	R\$ 575	R\$ 503	Total Despesas Correntes	R\$ 450	R\$ 480
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Alienação de Bens	R\$ 175	R\$ 150	Investimentos	R\$ 175	R\$ 223
Total Receitas de Capital	R\$ 175	R\$ 150	Total Despesas de Capital	R\$ 175	R\$ 223
Déficit	Superávit
TOTAL	TOTAL

Com relação aos dados apresentados, assinale a opção INCORRETA:

(A) O superávit corrente foi de R\$ 23.

(B) O déficit total foi de R\$ 50.

(C) A insuficiência de arrecadação verificada em receitas correntes foi de R\$ 22.

(D) O déficit de capital foi de R\$ 73.

(E) A insuficiência de arrecadação verificada em receitas de capital foi de R\$ 25.

19) De acordo com o art. 50 da Lei Complementar nº 101 de 4 de Maio de 2000, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as normas citadas neste artigo. Com base na legislação citada indique a opção INCORRETA:

(A) A demonstração das variações patrimoniais excluirá à origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativo.

(B) A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

(C) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

(D) As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.

(E) As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.

20) Sobre as variações patrimoniais do Patrimônio Público é CORRETO afirmar que:

(A) O resultado patrimonial corresponde à soma do valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

(B) Variações Patrimoniais qualitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do Patrimônio, ou seja, as alterações do Patrimônio que não alteram o valor do Patrimônio Líquido.

(C) A variação patrimonial aumentativa deve ser registrada no momento da ocorrência do seu recebimento, independentemente do seu fato gerador.

(D) Variação patrimonial aumentativa resultante da execução orçamentária – são receitas orçamentárias não efetivas arrecadadas, de propriedade do ente, que resultam em diminuição do patrimônio líquido.

(E) Variação patrimonial diminutiva resultante da execução orçamentária – aquela que independe de autorização orçamentária para acontecer.

21) Com relação a execução orçamentária de Receitas e Despesas, conforme previsto na Lei 4.320 de 17 de Março de 1964, assinale a opção CORRETA:

(A) Lançamento, fase da execução da despesa, é o ato emanado de autoridade competente que cria

para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

(B) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar: a origem e o objeto do que se pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância.

(C) Empenho é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

(D) Recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

(E) Arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o Princípio da Unidade de Tesouraria ou de Caixa.

22) O Orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pode ser efetiva ou não efetiva. Sobre receita orçamentária não efetiva é CORRETO afirma que:

(A) É aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.

(B) É a entrega de recursos correntes ou de capital a outro Ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional.

(C) É aquela que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo aumentativo.

(D) É aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

(E) É aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, como é o caso das operações de crédito.

23) No Art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, são discriminadas as modalidades de licitação. De acordo com o referido artigo, qual o conceito para modalidade de tomada de preços:

(A) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em

número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

(B) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

(C) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(D) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

(E) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

24) Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, regida pela Lei 10.520 de 17 de Julho de 2002. Com relação às regras da fase externa do pregão, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

() O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

() No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou qualquer presente, sem necessidade de identificação, formular propostas e responder a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

() Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- (A) F, V, F.
- (B) F, F, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, V.
- (E) F, V, V.

25) De acordo com o Art. 40 e Art. 41 da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964, são créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento. Julgue os itens abaixo sobre a classificação dos créditos adicionais e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

I - Créditos Suplementares são destinados ao reforço de dotações orçamentárias existentes, dessa forma, eles aumentam as despesas fixadas no orçamento. Quanto à forma processual, eles são autorizados previamente por lei, podendo essa autorização legislativa constar da própria lei orçamentária, e abertos por decreto do Poder Executivo.

II - A vigência do crédito suplementar é restrita aos trinta dias seguintes ao orçamento em execução.

III - Créditos Especiais são destinados à autorização de despesas não previstas ou fixadas nos orçamentos aprovados. Sendo assim, o crédito especial cria um novo projeto ou atividade, o uma categoria econômica ou grupo de despesa inexistente em projeto ou atividade integrante do orçamento vigente.

IV - Créditos Extraordinários são destinados para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

V - Créditos Extraordinários, quanto à forma procedimental, são abertos por Decreto do Poder Executivo, que encaminha para conhecimento do Poder Legislativo, devendo ser convertido em lei no prazo de 365 dias.

Estão CORRETOS os itens:

- (A) Apenas os itens I, IV e V.
- (B) Apenas os itens I, II e III.
- (C) Apenas os itens II e V.
- (D) Apenas os itens II, III e V.
- (E) Apenas os itens I, III e IV.

26) Conforme a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e deve evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos de: atividades das operações, atividades de investimento e atividades de financiamento. Uma Entidade apresentou os seguintes dados em 31.12.2014:

Aquisição de Ativo Não Circulante	R\$ 5.750,00
Receita Patrimonial	R\$ 800,00
Juros e Encargos da Dívida Interna	R\$ 2.150,00
Ingresso com Operações de Crédito	R\$ 6.000,00
Receita Tributária	R\$ 8.000,00
Receita Agropecuária	R\$ 250,00
Pessoal e Outras Despesas Correntes	R\$ 3.650,00
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R\$ 0
Alienação de Bens	R\$ 2.250,00
Desembolso com Amortização da Dívida	R\$ 2.000,00
Receita de Serviços	R\$ 1.000,00

Na Demonstração de Fluxos de Caixa pelo método direto, elaborada a partir dos dados acima, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O fluxo de caixa líquido das atividades das operações foi de R\$ 4.250.
 (B) O fluxo de caixa líquido das atividades de Financiamento foi de R\$ 4.000.
 (C) O total de ingressos no fluxo de caixa das atividades das operações foi de R\$ 10.050.
 (D) O total de desembolsos no fluxo de caixa das atividades das operações foi de R\$ 5.800.
 (E) A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 15.850.

27) Considerando o Art. 165 da Constituição Federal de 1988, o modelo de orçamento brasileiro compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Relacione cada instrumento, apresentados na coluna da esquerda, com as respectivas definições apresentadas na coluna da direita e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- (1) Plano Plurianual - PPA
 (2) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
 (3) Lei Orçamentária Anual - LOA

() Cabe, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.

() Tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

() Com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- (A) 3, 2, 1.

- (B) 2, 1, 3.
 (C) 3, 1, 2.
 (D) 2, 3, 1.
 (E) 1, 2, 3.

28) Segundo NBC T 16.8 - Controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com as seguintes finalidades, EXCETO:

- (A) auxiliar nas práticas antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
 (B) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade.
 (C) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
 (D) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
 (E) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas.

29) Em relação aos contratos da Administração Pública regulamentados com base à Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, assinale a opção INCORRETA:

- (A) Constitui motivo para rescisão do contrato, o atraso injustificado do início da obra, serviço ou fornecimento.
 (B) O contratado não é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
 (C) O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
 (D) A rescisão do contrato poderá ocorrer por motivo de lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
 (E) A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

30) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade, como citado no art.96 da Lei 4.320/1964. Com relação ao trabalho de inventariar, exceto quanto à situação referente ao inventário inicial, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

() Confrontar os dados constantes do Termo de Responsabilidade com o número de tombamento do bem, confirmando a descrição e a efetiva localização deste.

() Descartar os bens que não constam de termo.

() Registrar a inexistência de bens constantes de termo.

() Anotar eventuais alterações ocorridas com o estado de conversação do bem.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

(A) F, V, F, V.

(B) F, F, V, V.

(C) V, F, V, F.

(D) V, V, F, V.

(E) V, F, V, V.